

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	32
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	240.558
Preferenciais	0
Total	240.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.542.472	1.438.351
1.01	Ativo Circulante	43.897	37.425
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.899	5.288
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.021	5.017
1.01.03	Contas a Receber	25.776	17.924
1.01.03.01	Clientes	25.776	17.924
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.051	1.250
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.051	1.250
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.288	5.533
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.862	2.413
1.01.08.03	Outros	1.862	2.413
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	0	89
1.01.08.03.02	Outros Ativos	1.862	2.324
1.02	Ativo Não Circulante	1.498.575	1.400.926
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.763	24.894
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.549	20.350
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.549	20.350
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.047	3.417
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.167	1.127
1.02.03	Imobilizado	3.969	4.295
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.969	4.295
1.02.04	Intangível	1.477.843	1.371.737
1.02.04.01	Intangíveis	1.477.843	1.371.737
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.477.843	1.371.737

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.542.472	1.438.351
2.01	Passivo Circulante	1.318.614	931.627
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.353	9.225
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.068	1.316
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.285	7.909
2.01.02	Fornecedores	53.346	81.130
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.346	81.130
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.120	5.042
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.219	2.228
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	73	135
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.828	2.679
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	966.383	634.959
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	966.383	634.959
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	966.383	634.959
2.01.05	Outras Obrigações	282.272	201.132
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	278.605	198.374
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	209.538	147.570
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	69.067	50.804
2.01.05.02	Outros	3.667	2.758
2.01.06	Provisões	140	139
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	140	139
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	140	139
2.02	Passivo Não Circulante	3.608	305.832
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	303.419
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	303.419
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	303.419
2.02.02	Outras Obrigações	2.091	1.987
2.02.02.02	Outros	2.091	1.987
2.02.04	Provisões	1.517	426
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	426
2.02.04.02.04	Provisões para Conserva Especial	1.517	426
2.03	Patrimônio Líquido	220.250	200.892
2.03.01	Capital Social Realizado	240.558	240.558
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-20.308	-39.666

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	204.342	88.581
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-146.111	-88.581
3.03	Resultado Bruto	58.231	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.855	-17.985
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.037	-17.985
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	182	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	53.376	-17.985
3.06	Resultado Financeiro	-24.106	299
3.06.01	Receitas Financeiras	416	3.470
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.522	-3.171
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	29.270	-17.686
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.912	5.652
3.08.02	Diferido	-9.912	5.652
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.358	-12.034
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.358	-12.034
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.409	-33.645
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	36.319	-28.576
6.01.03	Outros	-1.910	-5.069
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-86.805	111.556
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	52.007	-77.710
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-389	201
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.288	250
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.899	451

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.358	0	19.358
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.358	0	19.358
5.07	Saldos Finais	240.558	0	0	-20.308	0	220.250

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.034	0	-12.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.034	0	-12.034
5.07	Saldos Finais	240.000	0	0	-35.671	0	204.329

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	212.412	88.581
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	97.676	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	114.736	88.581
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-135.658	-99.391
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-114.736	-88.581
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.368	-9.176
7.02.04	Outros	-554	-1.634
7.03	Valor Adicionado Bruto	76.764	-10.810
7.04	Retenções	-5.649	-1.152
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.649	-1.152
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	71.115	-11.962
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.050	3.470
7.06.02	Receitas Financeiras	416	3.470
7.06.03	Outros	634	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	72.165	-8.492
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	72.165	-8.492
7.08.01	Pessoal	8.596	4.736
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.391	3.473
7.08.01.02	Benefícios	800	1.074
7.08.01.03	F.G.T.S.	405	189
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.025	-4.992
7.08.02.01	Federais	15.542	-5.006
7.08.02.02	Estaduais	49	14
7.08.02.03	Municipais	4.434	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.186	3.798
7.08.03.01	Juros	23.780	3.145
7.08.03.02	Aluguéis	377	636
7.08.03.03	Outras	29	17
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.358	-12.034
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.358	-12.034

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A concessão tem o objetivo executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato "EDITAL Nº 003/2013, Parte VII" assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato ("CONTRATO"). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia ("PER").

1.2. Destaques

Em 20 de março de 2016 encerrou-se o segundo ano da concessão e o primeiro ano de duplicação, prazo de entrega do primeiro trecho de duplicação definido pelo PER. Foram entregues 117,6 km de pista duplicada, 45 km a mais do que os 72,6 km exigidos pelo PER, bem como todas as pontes, viadutos e retornos previstos e necessários à perfeita operação da rodovia entre Itiquira, na divisa de MT/MS, e Rondonópolis, no entroncamento com a BR-364.

1.3. Perspectivas

Após atendimento da meta anual de duplicação do Programa de Exploração da Rodovia, conclusão das obrigações contratuais para início da cobrança do pedágio, como a duplicação de 10%, a conclusão da construção das praças de pedágio e a entrega dos trabalhos iniciais, a CRO concentrará agora seus esforços nas frentes de recuperação do sistema existente, principalmente nos trechos que estavam sob a responsabilidade do DNIT e foram assumidos recentemente pela CRO, trechos estes que apresentam grande desconforto aos usuários e vinham sendo o principal motivo de reclamações.

A CRO busca um financiamento, para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão, em uma estrutura *Project Finance* (engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto e que tem como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo projeto). Como financiamento principal a CRO conta com Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 por BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para as licitações de concessões de rodovias federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística ("PIL"). Além do financiamento principal a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste ("FDCO"), além de debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

2. Desempenho Econômico Financeiro

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

2.1. Tráfego

Categoria	milhares		
	1T16	1T15	Var. (%)
Pesado	20.888	-	-
% Veic. Eq. Totais	90%	-	-
Leve	2.275	-	-
%Veic. Eq. Totais	10%	-	-
Total Veq.¹	23.162	-	-

¹ Veículos Equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos).

Durante o primeiro trimestre de 2016, o tráfego pedagiado alcançou um total de 23.162 mil em VEQ, sem comparativo com o mesmo período de 2015 uma vez que a arrecadação das praças só foi iniciada no terceiro trimestre daquele ano.

2.2. Receitas

Descrição	Em milhares de reais		
	1T16	1T15	Var. (%)
Receitas de Pedágio	96.560	-	-
Receitas Acessórias e Outras	1.116	-	-
Receita Bruta	97.676	-	-
Tributos sobre serviços de operação	(8.070)	-	-
Receita Líquida	89.606	-	-

A receita total gerada pela arrecadação do pedágio, pelas receitas acessórias e outras receitas foi de R\$ 89.606 mil no primeiro trimestre de 2016, sem comparativo com o mesmo período de 2015 uma vez que a arrecadação das praças só foi iniciada no terceiro trimestre daquele ano.

2.3. Custos e Despesas

Os custos e despesas totais refletem os Custos de serviços, Custos de Obra de Infraestrutura e as Despesas Gerais e Administrativas.

Descrição	Em milhares de reais		
	1T16	1T15	Var. (%)
Custos de Serviços	(31.375)	-	-
Custos de Obra de Infraestrutura	(114.736)	(88.581)	30%
Despesas Gerais e Administrativas	(5.037)	(17.985)	-72%

Os custos de serviços incorridos durante o 1T16 totalizaram R\$ 31.375 mil.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Os Custos de Obra de Infraestrutura totalizaram R\$ 114.736 mil, apresentando aumento de 30% em comparação com o 1T15, devido as obras para atingir as metas do segundo ano concessão, findo em 20/03/2016. No 1T2015 a Companhia estava em fase pré-operacional.

2.4. EBITDA

Descrição	Em milhares de reais		
	1T16	1T15	Var. (%)
Resultado líquido do período	19.358	(12.034)	(261%)
(+/-) Imp. de Renda e Contrib. Social Diferidos	(9.912)	(5.652)	1
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	24.106	(299)	(8.171%)
(+/-) Outras (despesas) receitas	(1.126)	(18)	6280%
(+/-) Depreciação / Amortização	5.649	1.152	391%
(+/-) Provisões	1.072	-	-
EBITDA	39.148	(16.850)	-332%

O EBITDA atingiu no 1T16 o montante de R\$ 39.148 mil, registrando aumento em relação a 1T15, devido ao início da arrecadação do pedágio, gerando receita para CRO.

2.5. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais		
	1T16	1T15	Var. (%)
Receitas Financeiras	416	3.470	-88%
Despesas Financeiras	(24.522)	(3.171)	673%
Resultado Financeiro Líquido	(24.106)	299	-8162%

No primeiro trimestre de 2016, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 24.106 mil, registrando uma redução ante ao 1T15 devido ao aumento das despesas financeiras, reflexo da contratação do empréstimo ponte da Caixa e o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 416 mil no 1T16, o que significa uma redução de 88% sobre o mesmo período do ano anterior.

2.6. Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	Var. (%)
Dívida Bruta	966.383	938.378	3%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(7.920)	(10.305)	-23%
Dívida Líquida	958.463	928.073	3%

No primeiro trimestre de 2016, o Endividamento da Companhia apresentou aumento de 3% comparado ao quarto trimestre de 2015, totalizando R\$ 958.463 mil. Este aumento se deve a incidência de juros sobre o financiamento neste período. Todas dívidas da Companhia são em moeda nacional.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

2.7. Investimentos

Até o primeiro trimestre de 2016 os investimentos totalizaram R\$ 1.494.750 mil sendo destinados aos trabalhos iniciais na rodovia, como conserva, tapa-buraco, sinalização, às obras de duplicação de trecho de 117,6 km ao sul de Rondonópolis, à conclusão das obras das praças de pedágio, bem como à construção de alguns dispositivos que compõe o sistema rodoviário.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,8 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores em moeda real de novembro 2013).

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o primeiro trimestre de 2016 com o efetivo de 773 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI´s com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 guindautos e 5 carretinhas para transporte de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante o segundo trimestre de 2015 o CCO registrou 30.458 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

- 28.775 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guindauto e combate a incêndio;
- 816 acionamentos para remoção de veículos;
- 867 acionamentos para as ambulâncias.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima criada sob a forma de subsidiária integral de propósito específico, de capital fechado, da Odebrecht Rodovias S.A.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Técnico de Engenharia, e um Diretor de Operações. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

5. Sustentabilidade

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

No primeiro trimestre de 2016 a Companhia realizou o projeto Safra Segura, com objetivo de levar informações acerca do período da safra aos motoristas de caminhão, contribuindo para prevenção de acidentes de trânsito e educando para a importância da direção defensiva e segura. O projeto ocorreu de 29 de fevereiro a 04 de março nos municípios de Cuiabá e Rondonópolis e beneficiou 602 motoristas de caminhão e 3 transportadoras.

No 1T16 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios lindeiros no valor de R\$ 1.888 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras, e R\$ 4.425 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio.

5.2. Meio Ambiente

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas ("TI") da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações intermediárias condensadas de 31 de março de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 6 de setembro de 2015, tendo como o objetivo de explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”).

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
Objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, dentre outros. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A tarifa de pedágio é reajustada anualmente de acordo com a data de contrato de concessão firmada em 12 de março de 2014 com publicação no Diário Oficial da União em 21 de março, através do índice de reajuste IPCA.	30 anos	Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

A Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro de companhia aberta à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a categoria “B”, no qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante.

O pedido de registro de companhia aberta da Companhia é motivado em razão da intenção da Companhia de ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários e o mercado em geral, e acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Notas Explicativas

Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht, incluindo a controladora indireta Odebrecht S.A. Embora a Companhia não tenha sido objeto de busca e apreensão, e não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

No trimestre findo em 31 de março de 2016, não ocorreram outras mudanças relevantes.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias condensadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 05 de maio de 2016.

2. Políticas contábeis adotadas

Estas demonstrações contábeis intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, que foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e normas definidas pela CVM.

As demonstrações contábeis intermediárias condensadas foram preparadas em conformidade com o CPC 21 – “Demonstração intermediária”.

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não estão sendo apresentadas.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2015.

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

Notas Explicativas

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de março de 2016		
Fornecedores	58.328	2.091
Partes relacionadas	273.623	-
Empréstimos e financiamentos	966.383	-
Em 31 de dezembro de 2015		
Fornecedores	81.130	1.987
Partes relacionadas	198.374	-
Empréstimos e financiamentos	634.959	303.419

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores estão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

Notas Explicativas

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%

(*)

Fonte: Projeção

Banco Caixa Geral - 31/03/2016.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	7,2%	9,0%	10,8%

(*)

Refere-se à média

aritmética da projeção de 2016 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Notas Explicativas

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES")	abr/16	Alta TJLP	63.436	63.462	63.493
Empréstimo Ponte Caixa Econômica Federal ("CEF")	mar/17	Alta TJLP	34.721	34.996	35.271

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o trimestre findo em 31 de março de 2016.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro 2015 podem ser assim sumariados:

Notas Explicativas

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	966.383	938.378
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.899)	(5.288)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(3.021)	(5.017)
Dívida líquida	958.463	928.073
Total do patrimônio líquido	220.250	200.892
Total do capital	1.178.713	1.128.965
Índice de alavancagem financeira - %	81	82

3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	4.899	5.288
Aplicações financeiras	3.021	5.017	-	-
Contas a receber	-	-	25.776	17.924
Outros ativos	-	-	788	2.324
	3.021	5.017	31.463	25.536

	Outros passivos financeiros	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	966.383	938.378
Fornecedores	55.437	83.117
Partes relacionadas	278.605	198.374
Contas a pagar	3.667	2.758
	1.304.092	1.222.627

Notas Explicativas

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	25.776	17.924
Total de contas a receber	25.776	17.924
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	3.021	5.017
	3.021	5.017
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	20	18
Bancos conta movimento	2.496	3.949
Numerários em trânsito	1.624	784
Fundo de troco	759	537
	4.899	5.288
	7.920	10.305

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa geral	20	18
Bancos conta movimento	2.496	3.949
Numerários em trânsito	1.624	784
Fundo de troco	759	537
	4.899	5.288

7. Aplicações financeiras

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 3.021 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 5.017). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura.

8. Contas a receber

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	25.457	17.585
Receitas acessórias	200	269
Outras contas a receber	119	70
	25.776	17.924

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de março de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

Notas Explicativas

9. Despesas antecipadas

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a apropriar	6.485	6.475
Despesas com financiamentos a apropriar	2.850	2.475
	9.335	8.950
Ativo circulante	6.288	5.533
Ativo não circulante	3.047	3.417

10. Partes relacionadas

Parte dos serviços contratados e materiais fornecidos para a execução das obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT foram realizados por fornecedores e prestadores de serviços que possuem relacionamento com a Companhia.

Essas contratações obedeceram aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

a) Composição

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos dos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado de serviços prestados	
			31 de março de 2016	31 de março de 2015
Odebrecht Ambiental S.A. (i)	-	54	54	60
Construtora Norberto Odebrecht ("CNO") (ii)	-	75	170	116
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional ("OECI") (iii)	-	61.990	63.505	38.436
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	152.676	5.978	-
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	2.058	981	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	6.948	5.123	-
Odebrecht Transport S.A. (vii)	-	54.804	487	-
Odeprev (viii)	-	-	43	39
Em 31 de março de 2016	-	278.605	76.341	38.651
Em 31 de dezembro de 2015 (*)	89	198.374	-	-

(i) Refere-se a prestação de serviços em *software* de gestão financeira (sistema administrativo- financeiro), pela Odebrecht Ambiental.

(ii) Refere-se a rateio de despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação), pela Construtora Norberto Odebrecht S.A.

(iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual Odebrecht Engenharia e Construções Internacional S.A ("OECI"), para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.

Notas Explicativas

(iv) O montante de R\$ 152.676 refere-se mútuo com a ODBVias e o montante de R\$ 11.036 refere-se a juros sobre mútuo, sendo R\$ 5.978 reconhecidos no primeiro trimestre de 2016 e R\$ 5.058 reconhecidos em 2015, remuneração à taxa de 125% do CDI.

Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos.

(v) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

(vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No trimestres findo em 31 de março de 2016, está registrado na rubrica “Partes relacionadas” o montante de R\$ 6.948. Não há garantias previstas neste contrato.

(vii) O montante de R\$ 54.804 refere-se a mútuo com a Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 23 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 19.101, remunerado à taxa de 125% do CDI, com vencimento inicial previsto para 31 de março de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.

Em 14 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 15.086, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 29 de abril de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.

Em 28 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 20.105, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 02 de maio de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.

Com relação ao vencimento dos contratos de mútuos, estes são aditados de tempos em tempos, pois perante cláusula de subordinação prevista nestes contratos, os mesmos só poderão ser amortizados após a liquidação do empréstimo ponte firmado com o BNDES.

(viii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015, totalizaram os montantes de R\$ 531 e R\$ 563, respectivamente.

Notas Explicativas

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Salários	439	469
Encargos	88	94
Previdência complementar	4	-
	531	563

c) Participação no lucros e resultados

Em 31 de março de 2016 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados no montante de R\$ 5.859 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.890) (Nota 15).

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	13.724	14.648
Resultado pré-operacional	26.802	28.345
Juros capitalizados e custo de transação	(27.977)	(22.643)
	12.549	20.350

Conforme projeções de resultados preparadas pela Administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 31 de março de 2016, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
2016	-	7.918
2017	3.961	3.961
2018	-	-
2019	-	-
2020	-	-
2021 em diante	8.588	8.471
	12.549	20.350

Notas Explicativas

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

12. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	882	1.215	573	1.819	1.654	6.143
Depreciação/exaustão	(69)	(224)	(98)	(584)	(873)	(1.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	813	991	475	1.235	781	4.295
Aquisições	-	17	10	35	2	64
Depreciação	(34)	(62)	(17)	(89)	(169)	(371)
Baixa líquida	-	-	-	(19)	-	(19)
Saldo contábil	779	946	468	1.162	614	3.969
Custo	882	1.232	583	1.854	1.656	6.207
Depreciação/exaustão acumulada	(103)	(286)	(115)	(692)	(1.042)	(2.238)
Saldo em 31 de março de 2016	779	946	468	1.162	614	3.969
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Notas 20 e 21.

13. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	614	15.556	1.366.437	307	1.382.914
Transferências	556.053	47.602	129.800	(733.455)	-	-
Amortização	(5.928)	(809)	(4.376)	-	(64)	(11.177)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	550.125	47.407	140.980	632.982	243	1.371.737
Aquisições	-	27	-	111.809	-	111.836
Transferências	54.222	15.643	323.968	(393.833)	-	-
Amortização	(3.090)	(230)	(1.943)	-	(15)	(5.278)
Baixas, líquidas de amortização	(11)	(441)	-	-	-	(452)
Saldo contábil	601.246	62.406	463.005	350.958	228	1.477.843
Custo	610.275	63.886	469.324	350.958	307	1.494.750
Amortização	(9.029)	(1.480)	(6.319)	-	(79)	(16.907)
Saldo em 31 de março de 2016	601.246	62.406	463.005	350.958	228	1.477.843
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão.

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Notas 20 e 21.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de Recuperação, Operação, Melhoramentos e Intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e periodicamente revisada.

As adições do trimestre findo em 31 de março 2016, referem-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

Notas Explicativas

- **Recuperação**

A descrição da rubrica Recuperação apresentada no quadro consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica Operação apresentada no quadro consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos apresentada no quadro consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,0%	656.709	640.806
Empréstimo Caixa Econômica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	316.183	307.860
Custos de captação a amortizar	R\$		(6.509)	(10.288)
			966.383	938.378
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			653.898	634.959
Empréstimo Caixa Econômica Federal			312.485	-
			966.383	634.959
Passivo não circulante				
Empréstimo Caixa Econômica Federal				303.419
Passivo não circulante				303.419

(a) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da TJLP. Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 até 15 de abril de 2016.

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 e será amortizada pela fluidez do empréstimo.

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

Os vencimentos das liberações e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES será realizado em parcela única.

(b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou o desembolso total do financiamento.

Os vencimentos das liberações e juros do empréstimo ponte junto a CEF será realizado em parcela única em 20 de fevereiro de 2017.

(d) Garantias

Notas Explicativas

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

(i) Principais compromissos assumidos (“covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2016.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Encargos sociais	4.404	4.233
Benefícios a empregados	90	102
Participação nos lucros e resultados	5.859	4.890
	10.353	9.225

16. Contas a pagar

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a pagar	729	607
Verbas do contrato de concessão	2.631	2.146
Outras contas a pagar	307	5
	3.667	2.758

17. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Reclamações cíveis	140	139
	140	139

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 648 em 31 de março de 2016 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 660).

Notas Explicativas

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 240.558, respectivamente, representado por 240.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

19. Receita líquida

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	114.736	88.581
Receitas em numerário	36.920	-
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	34.290	-
Receitas de vale pedágio (iii)	25.162	-
Receitas acessórias	1.116	-
Outras receitas de pedágio	188	-
Receita de operação	97.676	-
Receita total	212.412	88.581
Tributos sobre serviços de operação	(8.070)	-
	204.342	88.581

(i) A Companhia reconheceu, nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015, R\$ 114.736 e R\$ 88.581, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

(ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;

(iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

A cobrança de pedágio, iniciada em 06 de setembro de 2015, é uma das fontes de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

Notas Explicativas

20. Custo dos serviços

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Depreciação e amortização	(5.373)	-
Salários e encargos	(7.464)	-
Gastos gerais	(5.744)	-
Serviços de terceiros	(10.490)	-
Seguros	(1.335)	-
Materiais	(672)	-
Aluguéis	(297)	-
	(31.375)	-
Custo de construção ICPC 01-R1	(114.736)	(88.581)
	(146.111)	(88.581)

21. Despesas gerais e administrativas

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Salários e encargos	(2.674)	(5.426)
Serviços de terceiros	(754)	(5.012)
Depreciação e amortização	(276)	(1.152)
Despesas com veículos	(70)	(1.423)
Gastos gerais	(1.263)	(4.972)
	(5.037)	(17.985)

22. Resultado financeiro, líquido

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(19.425)	(3.136)
Juros sobre atraso	(1.256)	-
Custo de transação	(2.998)	-
IOF	(703)	-
Outras	(140)	(35)
	(24.522)	(3.171)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	351	3.374
Outras	65	96
	416	3.470

Notas Explicativas

23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	29.270	(17.686)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(9.952)	6.013
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	40	(361)
Efeito IR e CSLL no resultado	(9.912)	5.652
IR e CSLL corrente	(2.111)	
IR e CSLL diferido	(7.801)	5.652
Total de IR e CSLL diferidos	(9.912)	5.652

24. Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os trimestres findos em 31 de março.

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Lucro (prejuízo) do trimestre	19.358	(12.034)
Quantidade média ponderada de ações	240.558	240.000
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	80,47	(50,14)

25. Seguros

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de concessões públicas	275.000
Risco operacional	200.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	(*)

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

Notas Explicativas

26. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do trimestre de 2016:

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Capitalização de juros no ativo intangível	(12.171)	(7.331)
Fornecedores	(3.022)	(38.310)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(15.193)	(45.641)
Aquisição de ativo intangível	3.022	38.259
Aquisição de ativo imobilizado	-	51
Capitalização de juros no ativo intangível	12.171	7.331
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	15.193	45.641

27. Eventos subsequentes

a) **BNDES**

- Em 12 de abril de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 até 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 até 8 de maio de 2016.

b) **Partes relacionadas**

- Todos os contratos de mútuo estão em processo de prorrogação de vencimento.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá - MT

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

- Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração intermediária" e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

- Responsabilidade dos auditores independentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

- Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

- Ênfase

Início das operações:

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015 e, portanto, passou a auferir receitas de pedágio a partir desta data. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa conclusão não está modificada com referência a este assunto.

Endividamento de curto prazo:

Adicionalmente, sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que em 31 de março de 2016 o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante no montante de R\$ 1.274.717 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 27 a Companhia encontra-se em negociação junto a instituições financeiras para a contratação de empréstimos e financiamentos de longo prazo, visando o reequilíbrio dessa situação. Eventual insucesso dessas negociações e a não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia. As demonstrações contábeis em 31 de março de 2016 não contem ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto.

Operação Lava Jato:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa conclusão não está modificada em relação a esses temas.

- Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado:

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de maio de 2016.

Nelson Fernandes Barreto Filho

Contador CRC 1SP-151.079/O-0

Edinilson Attizani

Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Concessionária Rota do Oeste S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as informações trimestrais da Companhia referentes ao período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2016; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2016.

Cuiabá, 10 de maio de 2016.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Concessionária Rota do Oeste S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as informações trimestrais da Companhia referentes ao período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2016; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2016.

Cuiabá, 10 de maio de 2016.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia